

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
NÚMERO 1
(JAN-JUN)
2016
PP. 198-223.

AUTOR DE LIVRO DIDÁTICO: SENTIDOS EM CONSTRUÇÃO

(AUTHOR OF TEXTBOOK: SENSES UNDER CONSTRUCTION)

MA. ADRIANA SOARES RALEJO

Professora da Rede particular de ensino do Estado do Rio de Janeiro
drikaralejo@hotmail.com

RESUMO: Os livros didáticos têm se destacado nas pesquisas acadêmicas devido ao seu papel de grande importância e complexidade na produção do conhecimento histórico escolar e no processo de ensino-aprendizagem. Em meio a esses estudos, destaca-se a investigação sobre a produção deste material didático. Este artigo tem como objetivo discutir as concepções de autoria de livros didáticos entendendo a complexidade do processo de produção de uma obra e os sujeitos que estão nele envolvidos. Para isso, o conceito de “autor” passa a ser problematizado, entendendo que diversos sentidos lhe podem ser atribuído de acordo com o contexto sócio histórico ao qual está submetido. Além do sentido do que é o autor propriamente dito, foi realizado um esforço teórico de compreender como se constitui a especificidade de autoria de livros didáticos, considerando que existem semelhanças e diferenças da produção de obras científicas e literárias. Essa discussão foi estabelecida através de um diálogo teórico com pesquisadores do campo da filosofia, linguagem, história cultural e das representações, currículo e didática. Defendendo a valorização dos sujeitos como produtores de conhecimento, busca-se compreender a atuação do autor do livro didático em um lugar de trocas e negociações que envolvem demandas externas e internas e relações de poder que participam da produção do conhecimento histórico escolar.

PALAVRAS-CHAVE: livro didático; autor; currículo; conhecimento histórico escolar; sujeito.

ABSTRACT: The textbooks have been highlighted in academic researches due to their role of great importance and complexity in the production of scholar historical knowledge and in the teaching-learning process. Among these studies, highlights the investigation of the production of this courseware. This article aims to discuss the conception of textbooks's authorship understanding the complexity of the production process of a work and the characters that are involved in it. For that, the concept of "author" becomes problematized, considering that several meanings may be assigned in accordance with the social historic context to which it is subjected. In addition to the sense of what the author is, we conducted a theoretical effort to understand how is the specificity of textbooks's authorship, considering that there are similarities and differences in the production of scientific and literary works. This discussion was established through a dialogue with researchers from the field of philosophy, language, cultural history and representations, curriculum and teaching. Defending the valuing of the subject as producers of knowledge, we seek to understand the acting of the author of the textbook in a place of exchanges and negotiations involving external and internal demands and power relations involved in the production of scholar historical knowledge.

KEYWORDS: textbook; author; curriculum; scholar historical knowledge; character

O universo do livro didático se tornou um tema bastante abordado nas pesquisas de diversas áreas de conhecimento, principalmente nas duas últimas décadas. É um objeto que envolve múltiplos interesses, atinge diversos públicos e, conseqüentemente, desperta um olhar problematizador sobre seu papel em nossa sociedade.

Mas o que é um livro didático? Diversas definições podem descrever esse objeto. Adoto a concepção de que eles são instrumentos de mediação no processo de aquisição do conhecimento, facilitando a apreensão de conceitos e o domínio de informações. Como instrumentos de comunicação do saber escolar, os livros didáticos possuem uma configuração própria destinada à escola através de sua linguagem, vocabulário, extensão, formatação de acordo com os princípios pedagógicos e adaptação que obedece a critérios da idade escolar (BITTENCOURT, 2005).

Yves Chevallard (1991) diz que há dois tipos de objetos na educação: o *objeto de saber*, considerado como fonte do conhecimento a ser transmitido, e o *objeto de ensino*, aquele que transmite diretamente o conhecimento. Considero que o livro didático pode fazer parte desses dois lugares de atuação. Ele é objeto de saber quando é utilizado pelo professor como

instrumento auxiliar para preparar suas aulas, passando por outras *transposições didáticas* para se tornar um saber ensinado; e é objeto de ensino quando é utilizado diretamente pelos alunos.

Por ser considerado como um produto cultural, historicamente datado, que resulta de uma forma de pensar e produzir conhecimento (OLIVEIRA, 2013), o livro didático teve seu papel questionado principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Isso se deve por ser um espaço privilegiado de circulação e difusão de ideologias em que estão presentes aspectos políticos, culturais, científicos, valorativos, de gênero, etnia, dentre muitos outros, que caracterizam determinada sociedade, grupos, classes e os próprios indivíduos (SILVA; CARVALHO, 2004, s/n).

O livro didático deve ou não ser condenado? Essa foi uma pergunta levantada por Kazumi Munakata (2009) que problematiza o papel deste instrumento diante de conclusões que o consideram como um objeto de manipulação política que se afasta cada vez mais do domínio de historiadores e da área de ensino. Devido a esse aspecto de “transmissor de ideologias”, este objeto sofreu diversas críticas e por muito tempo foi considerado como um “vilão da história”, um instrumento de manipulação que passou por rejeição no

campo da educação. Por outro lado, também foi criticado pela excessiva dependência do professor no processo de ensino-aprendizagem, ao invés de ser utilizado como *mais* um instrumento que pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e da contra-ideologia (SILVA; CARVALHO, 2004).

Esse processo de reprovação do material didático junto com a idealização de um instrumento capaz de resolver todos os problemas educacionais vem mudando nos últimos anos, passando este objeto a ser valorizado como elemento fundamental na propagação das políticas públicas de educação, das práticas didáticas e da constituição e transmissão de saberes. Essa mudança de perspectiva teve início através das pesquisas de Circe Bittencourt em sua tese de doutorado em 1993, que buscou superar a condenação ideológica dos livros usados na escola, apresentando um novo conjunto de temas e abordagens sobre esse objeto. A partir daí, as pesquisas baseadas nessas novas perspectivas começaram a crescer (MUNAKATA, 2012).

Passaram a surgir abordagens que valorizam o livro didático e suas múltiplas formas de apropriação por parte de professores e alunos. Seus limites, vantagens e desvantagens são avaliados como os demais materiais

de ensino. A difusão de discussões do uso do livro didático de forma crítica permitiu com que professores reconhecessem a contribuição desse instrumento e adquirissem confiança para usá-lo de forma qualificada e eficaz para o ensino (CAIMI, 2013).

Dessa forma, esse objeto educacional não pode ser considerado como o único meio de comunicação com os alunos, mas também não podemos tomar o lado totalmente oposto e propor sua extinção do campo de ensino por ser transmissor de ideologias. O livro deve ser constituído como mais um bom recurso, em meio de outras possibilidades possíveis, que instigue o pensamento crítico dos alunos.

Tudo isso torna o livro didático um objeto de grande complexidade como foi anunciado por Bittencourt (2008), devido a sua importância no processo de ensino-aprendizagem, mobilizado por relações de poder e diversos tipos de saber. E complexo também se torna seu processo criativo. Sabemos que esse objeto não constitui uma produção espontânea que vai trazer o “verdadeiro” conhecimento escolar. É preciso, antes de tudo, compreender que por detrás dessa obra, estão envolvidas diversas relações de poder. O autor de livro didático faz parte dessa esfera de poder, mesmo que relativo, buscando

constantemente negociar com outros saberes e demandas.

Segundo Gabriel et al (2007), a potencialidade heurística deste instrumento tende a ser explicada pelas suas características inerentes às suas condições específicas de produção, de circulação e de utilização. É apostando ainda na necessidade de se discutir sobre o universo do livro didático, mais precisamente sobre seu tenso lugar de produção, que proponho neste artigo explorar um pouco mais sobre o papel do autor desse tipo de material, mais especificamente na área de História que é o campo sobre o qual foi focada essa discussão.

Este trabalho parte de minha pesquisa de mestrado concluída em 2014, que teve por objetivo analisar como se estabelecem as relações de autoria na produção de livros didáticos de História onde saberes são mobilizados e ressignificados. Para isso, foi preciso compreender mais detalhadamente o papel dos autores em meio às contingências da produção, identificando as demandas envolvidas nesse processo e como elas são apropriadas pelo autor em seu discurso didático.

Como se desenvolveu o papel do autor na elaboração do texto do livro didático? Até que ponto existe autoria na produção de uma obra? Que outras

relações de poder estão envolvidas nessa produção? Por quais mudanças esse objeto passou ao longo dos anos de sua publicação? O que leva o autor a realizar tais mudanças: suas opções político-pedagógicas ou atendimento das demandas do tempo presente? A partir desses questionamentos voltei minha investigação sobre o sujeito que é responsabilizado pela produção da obra: o autor.

O foco nos autores se justifica pela perspectiva teórica que valoriza a ação dos sujeitos, inseridos em seu tempo, detentores de valores, de visões de mundo e de experiências e ajudam a dar um novo significado sobre o conteúdo a ser ensinado. É preciso, antes de tudo, compreender as relações de poder envolvidas no processo de produção do livro didático, aonde o autor detém parte desse poder e está em constante negociação com outros saberes e demandas.

Na oportunidade deste artigo, apresento parte do raciocínio teórico que desenvolvi durante esta pesquisa sobre as concepções de autoria no processo de elaboração dos livros didáticos de História, buscando perceber significados sobre o conceito de autor e a configuração específica em que se insere um autor de livro didático, em meio ao contexto do universo educacional. Essa discussão representou um dos

momentos mais desafiadores da minha investigação devido à dificuldade de encontrar referenciais teóricos que abordassem sobre esse assunto. Segundo Oliveira (2013), ainda não há estudos sobre autores/autorias nas novas relações que vêm se estabelecendo com as editoras de livros didáticos, quando, cada vez mais, equipes – e não um indivíduo – são as responsáveis pela elaboração de um livro/coleção.

Dessa forma, organizei essa discussão em dois momentos: em um primeiro esforço teórico, problematizo o conceito “autor”, trazendo abordagens de intelectuais do campo da filosofia e da linguagem que analisam a autoria como uma prática histórica que é socialmente construída, e por isso mesmo está passível de mudanças de sentidos. A partir disso, busco refletir como se constitui mais especificamente a autoria de livros didáticos que pode ser compreendida de múltiplas formas.

Num segundo momento, busco compreender o lugar dessa autoria, entendendo que essa prática não é constituída somente por um sujeito, mas é fruto coletivo que se molda a partir de influências e demandas externas. Em meio a esse cenário, o conhecimento histórico escolar é constituído, marcado por relações de poder.

CONSTRUINDO SIGNIFICADOS DE AUTOR DE LIVRO DIDÁTICO

Contra a representação [...] do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do “autor”; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor. Esta distância, que constitui o espaço no qual se constrói o sentido, foi muitas vezes esquecida pelas abordagens clássicas que pensam a obra em si mesma, como um texto puro cujas formas tipográficas não têm importância, e também pela teoria da recepção que postula uma relação direta, imediata, entre o “texto” e o leitor, entre os “sinais textuais” manejados pelo autor e o “horizonte de expectativa” daqueles a quem se dirige. (CHARTIER, 1990)

As palavras de Roger Chartier, historiador que dedica suas investigações sobre a história cultural, história do livro e da leitura, nos leva a uma reflexão sobre o encaminhamento das pesquisas acerca da produção escrita, mais precisamente no universo dos livros. Entre a perspectiva do livro como produção naturalizada, estando sujeito a julgamentos e a projeções na perspectiva do livro ideal, e as análises sobre as formas de apropriação deste, há, como alerta o autor, uma distância muitas vezes esquecida e ignorada que está relacionada ao processo de produção e aos jogos de poder e disputas que são travados nesse lugar.

O que acontece nesse espaço de concepção, produção e significação de um livro? Quem constrói um livro? Quais são os objetivos e escolhas de seu criador? E quais modificações e negociações que ocorrem desde o projeto inicial de seu idealizador ao seu produto final? E até que ponto aquele que projeta o livro didático está envolvido na produção de uma obra? O levantamento dessas questões nos leva a uma reflexão sobre o papel do autor e sobre os sentidos de autoria que são estabelecidos em diferentes tempos e espaços.

É pensando nessas problematizações que busco compreender, neste primeiro momento, significações possíveis do conceito de autoria, mais precisamente

sobre o sujeito que se posiciona como autor, dentro de um cenário de pesquisas que considera a constituição do conhecimento histórico escolar através de articulações discursivas e contingenciais. É assim necessário refletir e redefinir o conceito de autoria que se constituem pelo/no discurso, que se manifesta de forma própria.

Seguindo as considerações de Chartier (1990, 1994, 1998), o livro passa a ser considerado como um objeto não-naturalizado. Para chegar ao resultado final da obra que conhecemos e que chega às nossas mãos, aquele instrumento passou por uma série de acordos, negociações e disputas para que se materializasse. Um livro não é o reflexo daquilo que o autor originalmente idealizou, mas consiste em um processo de elaboração em que estão envolvidos diversos interesses. Dessa forma, não basta simplesmente acusar o livro (e esse tipo de acusação recai geralmente sobre o autor) como um recurso bom ou ruim se não compreendermos que esse objeto passou por diversas etapas de significação e escolhas até chegar ao seu resultado final.

Mas também é importante ressaltar que o livro não é simplesmente um objeto que reproduz tendências políticas e mercadológicas. Se fosse desse modo, todos os livros teriam os mesmos conteúdos, significados

expressos da mesma forma, não havendo explicação lógica para a existência de tantas obras em circulação e em ampla concorrência no mercado editorial. Há um sujeito individual ou coletivo que tem um poder de decisão, assumindo o desafio de produzir um conhecimento, fazendo escolhas entre essas diversas influências, contingências e constrangimentos.

Assim, considero necessário dar uma maior atenção à figura do autor, sujeito cujo papel muitas vezes deixa de ser considerado em pesquisas, mas cujo nome ainda é lembrado quando é atribuída uma propriedade às obras. Não se pode generalizar esse indivíduo que possui um olhar próprio sobre o conhecimento, cria uma obra “original”ⁱ e que tem o desafio de ser compreendido pelo seu leitor de maneira sedutora e utilitária.

No que se refere aos livros didáticos, busco compreender a posição dos autores que muitas vezes ganham “fama de escrever livros ruins, de ser mercenários por faturar com a educação dos outros e de desenvolver um trabalho intelectual menor, sem importância” (SAMPAIO; CARVALHO, 2010 p. 03). De certo, o ofício dos autores de livros didáticos vem sendo cada vez mais desprezado pelas pesquisas, sendo desconsiderados como escritores, no sentido de

formuladores de algo próprio, e cujas obras não possuem leitores, e sim usuários.

O que vem a ser um autor de livro didático? Grande parte dos referenciais teóricos com quem busquei dialogar a fim de encontrar respostas para essa questão, abordam o tema voltados para a produção científica e literária, e não para o universo educacional. Busco aqui estabelecer pontes dessas pesquisas com a concepção de autores de livros didáticos, entendendo que há similaridades nos desafios enfrentados por ambos atores sociais no processo criativo e considerando-os como sujeitos que possuem uma forte relação com sua obra.

A primeira afirmação que pode ser feita é que autores de livros de livros didáticos são sujeitos de seu tempo, detentores de valores, visões de mundo e experiências, possuindo uma autonomia, mesmo que de forma parcial, ao fazerem escolhas e atribuírem significados ao conteúdo a ser ensinado. Esses sujeitos estão suscetíveis a constrangimentos decorrentes de normas e avaliações que legitimam ou não suas obras como um conhecimento escolar válido e atualizado. Mas isso não faz deles meros reprodutores do conhecimento científico e outros saberes de referência.

No campo dos estudos curriculares, relaciono o papel dos autores com uma posição mais próxima aos objetivos e desafios enfrentados pelos professores, até porque muitos autores de livros didáticos se utilizam de experiências que tiveram em sala de aula para pensar no tipo de escrita que irão produzir em suas obras, preocupados em traçar um diálogo com o universo do ensino-aprendizagem. Considero-os assim, sob a perspectiva das teorias críticas do currículo, como intelectuais que possuem um caráter político em sua prática pedagógica, uma concepção e um planejamento sobre ela (MOREIRA, 2010).

Destaco também o embate que esses sujeitos travam pela fixação de determinados sentidos, envolvidos na ousadia de uma produção, cujo resultado final depende da significação atribuída pelo leitor. Nesse sentido, a autoria constitui-se em um processo de arriscar-se e se colocar na posição daquele que está à deriva (ABREU, 2012). O autor não se constitui como um indivíduo que simplesmente escreve, mas pode ser entendido como um princípio de agrupamento do discurso, como uma unidade e origem de significações (FOUCAULT, 1995).

Mas em qual lugar da produção escrita e do discurso se situa a autoria? Certamente o entendimento

sobre o lugar em que se constitui o autor sofreu e sofre mudanças ao longo dos tempos, podendo ser compreendido como um processo de interpretação em constante movimento.

AUTORIA: SENTIDOS HISTORICAMENTE CONSTRUÍDOS

Os primeiros registros que remetem à referência de *autor* são datados a partir da época medieval, mas isso não significa que essa função não existia antes disso. Esse contexto em que se iniciou a reflexão sobre a identidade dos autores esteve ligado à censura e à interdição dos textos que eram considerados subversivos pelas autoridades religiosas e políticas. Muitas das obras eram submetidas à aprovação do rei para que pudessem receber o direito de circulação. Autores, inclusive, endereçavam as dedicatórias dos livros às autoridades como estratégia de aprovação (CHARTIER, 1994, 1998).

Mas existem muitos discursos que circulam isentos do sentido de autoria: conversas cotidianas (logo apagadas), decretos ou contratos que precisam de signatários (mas não de autor) e receitas técnicas transmitidas no anonimato são alguns exemplos

(FOUCAULT, 1995). A atribuição de autoria ainda se mantém no campo da literatura, filosofia e ciência, mas nem sempre essa função é desempenhada da mesma forma. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault aponta duas trajetórias diferentes entre o discurso científico e o discurso literário:

(...) na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade. Uma proposição era considerada como recebendo de seu autor seu valor científico. Desde o século XVII, esta função não cessou de se enfraquecer, no discurso científico: o autor só funciona para dar um nome a um teorema, um efeito, um exemplo, uma síndrome. Em contrapartida, na ordem do discurso literário, e a partir da mesma época, a função autor não cessou de se reforçar: todas as narrativas, todos os poemas, todos os dramas ou comédias que se deixava circular na Idade Média no anonimato ao menos relativo, eis que, agora, se lhes pergunta (e exigem que respondam) de onde vêm, quem os escreveu; pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome; pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa; pede-se-lhe que os articule com a vida pessoal e suas experiências

vividas, com a história real que os viu nascer. O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção duas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. (FOUCAULT, 1995 pp. 25-26)

O entendimento da função de autoria modificou-se ainda mais após esse pronunciamento de Foucault. É interessante observar que não existe um sentido fixo ou literário sobre o que é um autor. Se procurarmos o significado da palavra em um dicionário, o sentido de autoria como escritor de uma obra aparece em seu terceiro significado, sendo a primeira descrição como inventor e a segunda como praticante de uma açãoⁱⁱ. Hoje a autoria está além da escrita. É preciso mais do que isso, é preciso fazer circular suas obras entre o público por meio da impressão (CHARTIER, 1994).

Chartier (1998) também chama a atenção para uma diferenciação entre a denominação de *writer* e de *author* na língua inglesa. O *writer* consiste naquele que escreve alguma coisa enquanto *author* é aquele cujo nome próprio dá identidade e autoridade ao texto.

Assim, a ideia que se tem sobre autoria vai mudando, sobretudo quando a questão mercadológica, de público e de leitor passam a ganhar maior

importância. O fundamento da propriedade imprescritível sobre as obras vem sendo colocado em questão.

Quando relaciono o assunto sobre autoria ao ensino de História, entendo que nessa relação se insere o papel do autor de livro didático na construção do conhecimento escolar. Quando produzem um texto didático, autores possuem uma intenção e executam essa tarefa de determinada maneira a fim de caracterizar a obra como didática, e o que se entende como tal em determinado momento.

A escolha do autor nos primeiros manuais didáticos no Brasil tinha uma ação estratégica para legitimação da obraⁱⁱⁱ. Bittencourt (2008) relata que havia uma preferência no momento da escolha de autores por professores do Colégio de Pedro II e da Academia Militar para que elaborassem os compêndios e cartilhas que fossem utilizados na educação com o fim de facilitar a adoção das obras, já que a aprovação era institucional. Nomes de professores que trabalhavam em renomadas instituições dificilmente seriam vetados pelos conselhos educacionais, assegurando dessa forma, a vendagem das obras. A obra era aprovada pela biografia do autor que era exposta claramente com sua formação, competência técnica, pertinência e

agregações de cunho científico e literário, trajetória profissional e, não raro, política. Exemplo dessa ação estratégica pode ser tomado pela editora de Monteiro Lobato que, quando decide publicar obras destinadas a estudantes, passa a mobilizar relações de amizade e prestígio com autores que ocupavam cargos estratégicos no sistema de ensino (LUCA, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, os autores em geral passam a se organizar mais como intelectuais e um corpo profissional, fazendo parte como membros fundadores de associações como a ABDE (Associação Brasileira de Escritores), fundada em 1942. Esse tipo de organização representa uma iniciativa de usar o associativismo estimulado pelo Estado Novo a favor dos direitos profissionais, da elaboração de um projeto de reconhecimentos e regulamentação dos direitos autorais, bem como do controle pelo Estado desta produção (GONÇALVES, 2009).

A organização mais específica de autores de livros didáticos é mais tardia, sendo fundada no ano de 1992 a Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (ABRALE) que possui como finalidade contribuir para a elevação da qualidade do ensino brasileiro, defender a dignidade profissional dos autores/educadores e promover a integração dos autores de livros didáticos e

paradidáticos, representando-lhes os interesses junto às editoras, órgãos governamentais e entidades congêneres^{iv}.

Como se pode ver, a perspectiva sobre autoria tem passado por diversas significações. Como último ponto a discutir sobre a constituição sócio histórica da autoria, destaco ressignificações mais atuais sobre essa categoria.

Hoje, o autor busca contemplar cada vez mais o lugar do leitor, posição esta que pode ser compreendida de diferentes maneiras: o autor é também um leitor que utiliza diferentes fontes historiográficas (selecionando e reelaborando) para produzir um conhecimento, mas essa categoria também pode ser compreendida como aquele que se coloca na posição do leitor para perceber os desejos e demandas de seu auditório. A contemplação do lugar do leitor no momento da produção faz com que o texto vá se modificando ao longo das gerações diante da inquietação de seu público. A posição do aluno diante da leitura, seus desejos e anseios, além das novas leituras, encontros, experiências e conversas que o próprio autor vai estabelecendo ao longo de sua trajetória, fazem com que a escrita se renove. Sendo assim, não é uma criação

individual, mas também coletiva considerando o outro em sua produção (BAHKTIN, 1990).

Outra questão a ser levantada e levada à reflexão em oportunidades futuras é a configuração da coautoria. O desafio de elaborar uma obra que atenda diversas demandas e fortes exigências para que se tenha o domínio de todo conteúdo vem fazendo com que surjam cada vez mais obras em coautoria. Neste caso, há a discriminação específica de partes feitas por cada autor/membro da produção ou a obra é feita como um conjunto em que todos participam de todas as partes do livro? Nesse universo também tem surgido o conceito de “autor coletivo” que corresponde a um grupo que se reúne em torno de um nome célebre, tomando-o como uma marca legitimadora. Essas questões não serão desenvolvidas nesta oportunidade, mas constituem um potencial investigativo em estudos futuros.

OS AUTORES DE LIVROS DIDÁTICOS

E como se configuram os sentidos de autoria com sujeitos que estão envolvidos no universo específico de produção de livros didáticos? No início desta discussão,

considerarei as similaridades das pesquisas sobre os livros científicos e literários com a configuração dos livros didáticos. Há semelhanças na produção desses livros, mas há também diferenças que competem à especificidade de uma obra que está voltada para o ensino. Nas próximas linhas, busco caracterizar as particularidades que envolvem os livros didáticos como currículo.

Os autores de livros didáticos estão inseridos em uma complexa estrutura onde estão envolvidos não somente seus saberes, crenças e visões de mundo, mas também diversos tipos de demandas, precisando atender às expectativas de seu público alvo^v, buscando estabelecer uma relação de prazer e sentido de utilidade do que está sendo ensinado para ter sua obra aceita. A função do autor não é somente reproduzir dados.

Sobre a prática docente, que possui semelhanças, neste caso, com a prática dos autores, Charlot (2012 p. 20) diz que:

Mas o mais importante não é isso. O mais importante é que hoje o professor de informação está historicamente morto, mas nunca foi tão necessário um professor de saber. O que é professor de informação? Tipo professor de biologia, quando ensina “Esse

bicho anda assim, outro bicho anda assim, outro anda assim”. Ou de Geografia, “No Rio de Janeiro, as indústrias são (...)”, uma lista. Esse é o professor de informação. O professor de saber é um professor que ensina a entender o mundo, porque nenhum professor pode entrar na concorrência com o Google (*grifo do autor*).

Em outra perspectiva de professorado/autoria, entendo que a relação desses sujeitos com seu texto não é de um simples alimentador de informações. De acordo com Roland Barthes (2004), o autor não é anterior ao texto, mas é construído e definido ao mesmo tempo em que o texto é produzido. Como exemplo dessa mudança de posição, podemos afirmar que o autor de um texto didático pode ser autor de um texto científico, mas a posição e postura que ocupa quando vai elaborar o texto, será diferente. Seu objetivo, seu público alvo e até sua escrita se modifica de acordo com a ocasião, o que não desqualifica nenhum dos dois textos.

Com isso, pode-se compreender que a escrita é reelaborada e lhe é dada um novo sentido de acordo com os interesses de seu autor. Um texto não fala por si, ele é histórica e culturalmente construído e para

decifrá-lo é preciso encontrar seu autor. Só assim é possível dotar um texto de segurança e significado. A linguagem é um lugar de dimensões múltiplas que não transmitem um único sentido. O texto pode ser compreendido como uma colcha de citações em que autor se exprime diante desse dicionário composto (*idem*). Nessa “colcha”, as múltiplas escritas entram em diálogo ou contestação intermediadas por esse sujeito que “costura” as citações ao mesmo tempo que vai se constituindo como seu produtor.

Porém, esse sujeito-autor vem sumindo cada vez mais na escrita didática (*idem*). Podemos relacionar essa ocultação do autor no texto com a justificativa de Foucault (2001) sobre o fato do autor fazer cada vez mais “papel de morto”. Esse sumiço do texto, que para o autor é algo proposital, está ligado à configuração da escrita que se preocupa em despistar signos de individualidades, buscando legitimar a produção ao propor um conhecimento que se aproxima cada vez mais de uma verdade “universal”.

O autor Yves Chevallard, voltado para o campo da didática, também nos ajuda a compreender essa aparente ausência do autor do texto ao considerar que o saber ensinado (que está expresso no texto didático) “como algo que não é de nenhum tempo, nem de

nenhum lugar, e não se legitimando mediante o recurso à autoridade de um autor, qualquer que seja” (CHEVALLARD, 1991 p. 18). Então, essa ausência de signos de autoria dos textos didáticos pode ser também justificada pela característica do texto didático que busca transmitir um conhecimento de forma naturalizada.

Essa naturalização acontece porque o sistema didático, segundo Chevallard, é aberto, ou seja, está constantemente acontecendo e sempre se renovando, e é compatível com seu contexto. Assim, o texto didático passa por processos que permitem a naturalização do saber ensinado, classificados como: *dessincretização* (explicação por uma racionalidade diferente daquela que gerou os saberes, delimitando-os e aparecendo como um discurso autônomo), *despersonalização* (ausência de referências autorais, dissociando o pensamento das produções discursivas e distanciamento o saber do seu criador, recebendo outra autoria (professor/autor) que reproduz e desfigura), *programabilidade* (definição racional de sequências a aquisição progressiva do conhecimento), *publicidade* (definição explícita, em compreensão e extensão, do saber a transmitir, e que deixa implícitos os pré-requisitos) e o *controle social das aprendizagens*

(controle regulado de acordo com procedimentos de verificação que autorizem a certificação de conhecimentos adquiridos) (CHEVALLARD, 1991 *apud* MONTEIRO, 2007a p. 86).

Todas essas categorias representam um potencial de análise para compreender como o livro didático apresenta essas características de naturalização do saber. Destaco em especial o processo de *despersonalização*. Embora o objetivo de Chevallard não seja falar de autoria, o pesquisador caracteriza como um dos processos da didatização a ausência de referenciais autorais do saber ensinado. Pode-se relacionar esta característica com o apagamento autoral citado anteriormente pelos teóricos do campo da linguagem. Ao não citar nenhum referencial teórico sobre a origem das informações contidas no texto didático, o autor apaga signos de sua individualidade, não deixando ao leitor compreender que aquela produção trata-se de uma recontextualização e ressignificação de saberes anteriores, realizada por ele, o autor. Ao fazer isso, inaugura-se outro conceito de autoria em que não é preciso comprovar a fonte de suas informações, restando ao leitor acreditar que aquele conhecimento trata-se de um conhecimento único,

empoderando o autor do livro didático como detentor de uma “verdade”.

Além da presença/ausência do autor, também é possível perceber uma mudança propriamente desse sujeito que faz parte da produção didática. Antes do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), havia a tradicionalidade de quem produzia o livro didático era o professor que atuava na educação básica e levava para o momento de sua criação a experiência obtida em sala de aula, independente de sua formação (SAMPAIO; CARVALHO, 2010). Ou seja, escrever livros didáticos constituía uma atividade secundária que surgiu para reforçar a atividade primária desses sujeitos como professor.

Com o desenvolvimento dessa atividade profissional, o ofício de escrever livros didáticos foi se tornando cada vez mais a atividade principal de muitos desses sujeitos. O trabalho em sala de aula foi sendo deixado de lado em prol da exclusividade da dedicação na elaboração de obras cada vez mais qualificadas para entrar no mercado editorial (*idem*).

Outro desafio na produção didática é o domínio teórico que o autor deve ter sobre todos os assuntos que abrangem uma coleção didática. Se levamos essa questão para o ensino de História, torna-se quase

incompreensível como um autor pode dominar todos os conteúdos que abrangem “da história das cavernas ao terceiro milênio^{vi}”. Além do domínio contedúístico, o autor precisa lidar com conceitos complexos, utilizando uma linguagem simples e dominando de forma pedagógica. Por isso, vem se configurando nas produções didáticas uma junção entre um educador e um especialista de forma a facilitar esse trabalho (*idem*).

Somado a essa perspectiva do papel do autor ao atribuir sentidos ao texto didático, o processo de autoria é marcado por condições de produção e regulação que se constituem enquanto injunções de diversas ordens e níveis (ABREU, 2012). Esses dispositivos de controle de circulação dos textos expressam apropriação e ressignificação do autor^{vii}.

Os livros didáticos também já foram acusados de detentores de suposta ideologia esquerdista, de manipuladores e de doutrinadores de alunos^{viii}. Quando levantamos essa questão da figura do autor, somos levados a discutir sobre a ideologia. Seria possível um livro estar isento de sentidos ideológicos? Acredito que não. Toda obra, didática ou não, traz consigo o ideário de seu autor. Ao escolher temas e palavras, os autores estão atribuindo sentidos aos processos e fatos em estudo. Os sentidos transmitidos nos livros didáticos são

livres, mas marcados por posições discursivas de outros sujeitos.

Autores, editores, revisores, diagramadores, todos estão envolvidos no controle e produção de sentidos transmitidos pelos livros didáticos a fim de que sejam compreendidos em qualquer variação possível. O escritor cria, apesar de tudo, na dependência em face das regras que definem sua condição. Dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável. (CHARTIER, 1994 p. 09). O livro didático não é uma criação própria. Ele passa por uma série de técnicos e especialistas que não permite a existência de uma elaboração de um único lado.

Darnton (2010) diz que parte da autoridade da obra é atribuída aos autores, mas que essa ação não compete somente a eles. Os livros são produzidos por profissionais que exercem função que vão muito além de manufaturar e difundir um produto. Na produção de um livro estão envolvidos editores como responsáveis por controlar o fluxo do conhecimento. Eles selecionam o que acreditam que irá vender, conforme suas habilidades profissionais e convicções pessoais. Os juízos dos editores, delineados por uma longa

experiência no mercado das ideias, determinam aquilo que chega aos leitores. Ao selecionar textos, editá-los, permitir sua legibilidade e trazê-los à atenção dos leitores, os profissionais do livro fornecem serviços que sobreviverão a todas as mudanças tecnológicas.

O LUGAR DO AUTOR NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR

Como foi dito anteriormente, a análise da produção do livro didático demonstra uma diversidade de sujeitos que estão envolvidos nesse processo: autores, editores, redatores, revisores, leitores críticos, consultores, publicidade e marketing, divulgadores, etc. Nessa complexa relação, busco em minha pesquisa compreender qual o lugar do autor de livro didático, sujeito que mobiliza saberes, expressa ideologias e visões de mundo, implícita ou explicitamente em suas obras, evidenciadas através de narrativas que têm como objetivo possibilitar a atribuição de sentidos aos conteúdos históricos e experiências humanas.

Entendo que autores, quando tentam apresentar os conteúdos de forma clara e própria para a linguagem dos alunos, desenvolvem textos “didatizados”, já que

os saberes ensinados não são meras reproduções ou simplificações dos conhecimentos científicos, mas sim expressão de um saber histórico escolar, constituídos por saberes docentes, da escola e de outros saberes derivados de experiências múltiplas (MONTEIRO, 2007b). Esses sujeitos, além da consideração dos diversos aspectos políticos, econômicos e sociais na produção didática, possuem uma relativa autonomia que possibilita expressar suas perspectivas sobre o que ensinar e como ensinar.

Na tentativa de compreender essa relação que legitima a posição do autor na produção escrita dos livros didáticos, atento para a importância desses indivíduos na elaboração do conhecimento histórico escolar. Esses sujeitos possuem poder criativo no desafio de produzir um conhecimento que seja atraente, útil e considerado necessário ao seu público alvo. Se os textos didáticos fossem uma mera reprodução de um “conhecimento superior” inalterável que emana somente daquilo que vem do conhecimento científico, qual seria o sentido da existência de tantas obras didáticas em circulação e em concorrência no mercado se todas transmitissem a mesma coisa e da mesma forma? Então, o que diferencia uma obra da outra? Esse tipo de investigação contribui para

desenvolver um olhar crítico tão necessário para melhor compreender a produção do conhecimento histórico escolar que está presente nos livros didáticos.

Essa pesquisa está envolvida com a relação entre o sujeito e o saber que mobiliza quando ensina. Segundo Monteiro (2007a), o estudo sobre saberes se desenvolveu na segunda metade do século XX, sendo que a repercussão desse assunto expandiu-se no Brasil na década de 1980 e 1990, constituindo uma perspectiva ainda recente e de grande potencial para as pesquisas. Esse tipo de visão valoriza o professor e, acrescento, todo e qualquer sujeito que esteja envolvido com uma produção para o ensino, incluindo os autores de livros didáticos, que passam a serem reconhecidos como profissionais dotados de razão, e assim, capazes de tomarem decisões em sua prática.

Mas a produção do livro didático não depende somente das vontades de seu autor. É um processo complexo em que participam diversas demandas externas e internas do espaço escolar, nas ações e experiências coletivas e individuais dos diversos atores que nele trabalham e estudam (GASPARELLO, 2013). Os autores precisam lidar constantemente com exigências do entorno social dos mais diversos tipos. A produção do livro didático acompanha as mudanças no campo

educacional e está inserida na especificidade do momento histórico de sua produção, das legislações vigentes, das diretrizes oficiais, dos discursos pedagógicos e de especialistas, das estratégias editoriais e mercadológicas (LUCA, 2009).

Podemos destacar como algumas dessas demandas envolvidas na produção didática, as exigências que provêm das políticas públicas que expressam a interferência do Estado na elaboração dos conteúdos escolares através de artifícios como os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e leis de regulamentação curricular como a Lei Federal nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Um dos maiores fatores que impactaram de forma atuante e decisiva na produção dos livros didáticos foi a criação do PNLD, uma política avaliativa do governo federal que inaugurou um novo cenário de desafios para o autor continuar a produzir de forma criativa em meio a um contexto de múltiplas regulações e constrangimentos.

Apesar da relativa autonomia que os autores possuem na produção, o livro didático é visto como uma mercadoria que é submetida às regras da indústria cultural. Isso também implica em desafios que o autor deve encarar para mobilizar essas demandas e

exigências dos órgãos oficiais, com questões econômicas relacionadas ao mercado editorial, às expectativas sobre a recepção da obra por professores e alunos, e articulando com um projeto pedagógico de sua autoria a ser viabilizado pela obra (MONTEIRO, 2013).

(...) autores de livros didáticos, mesmo quando constrangidos por diretrizes e sistemáticas de avaliação com critérios rígidos, desenvolvem maneiras próprias de interpretar as orientações e são, portanto, não apenas implementadores de políticas oficiais, mas, também, produtores de textos que orientam práticas curriculares agentes de política curricular. (...) os formuladores de políticas também levam em conta as expectativas de seu público, pois precisam ser compreendidos se quiserem que as orientações sejam seguidas (MONTEIRO, 2013, p. 213-214)

Esses e outros elementos constituem contingências que estão envolvidas na produção do livro didático e fazem com que o autor negocie e dialogue com elas a fim de poder exercer sua prática de forma que seja aceita no universo educacional e ao mesmo tempo atraente para o seu leitor^{ix}.

Como se constitui uma autoria nessa conjuntura? A compreensão desses padrões de poder ao qual o livro didático está submetido se torna um caminho importante para entender o processo de produção, distribuição e apropriação desse objeto. Porém, é necessário ir além da concepção de que há uma forma de poder dominante que apaga outras lutas por significação no currículo.

Como pode ser observado, as relações envolvidas no processo de produção de livros didáticos estão imbricadas de relações de poder. Compreendo essas formas de poder de maneira mais ampla, que não está preso somente ao autor e às relações políticas. É uma relação muito mais complexa que envolve os processos de produção, circulação e disseminação dos textos didáticos, pois estão vinculados a inter-relações de discursos de variados sujeitos e grupos sociais de diferentes entidades. Utilizo uma citação de Silva que contempla esse ponto de vista:

O currículo é também uma relação social, no sentido que a produção do conhecimento envolvida no currículo se realiza através de uma **relação entre pessoas**. Mas uma relação social também no sentido de que aquele conhecimento que é visto como uma coisa foi

produzido através de relações sociais – e de relações sociais de poder. (SILVA, 2011 p. 188, grifo meu).

Percebo que o entendimento sobre o conceito e as práticas de *poder* é um ponto central para o desenvolvimento dessa discussão. Para isso, a contribuição de Foucault (2004) tornou-se importante para a compreensão de que “saber é poder”, esclarecendo os mecanismos pelos quais o poder se inscreve no currículo, na constituição dos saberes pedagógicos e na política cultural. É necessário fazer um contínuo exame sobre estas relações que estão constantemente em luta e criando novas relações a cada momento. Ou seja, não se trata de um poder centralizado e repressivo, e sim um poder disseminado, circulante e produtivo.

Como um produto específico que resulta de disputas de significação, o livro didático se torna um lugar em que são produzidos, recontextualizados e hibridizados sentidos sobre o que se considera legítimo a ser ensinado. Torna-se assim, segundo Gabriel (2009), um lugar de enunciação em que essas disputas são materializadas, transmitindo sentidos de conhecimento histórico produzidos por diferentes formações

discursivas, evidenciando os mecanismos em que se manifestam o processo de produção do conhecimento. Assim, o discurso transmitido pelos livros didáticos representa a união de múltiplos contextos e a negociação de diferentes leituras realizadas no espaço escolar (das políticas públicas, do saber social, do mercado editorial, das concepções sobre educação e da experiência daquele que ensina).

Nesta perspectiva, o livro didático é visto do lugar de sua produção, distribuição e consumo de saberes/enunciados híbridos que são mobilizados pelo autor do livro didático e ressignificados de forma pessoal de acordo com a concepção e apropriação dos saberes do sujeito que o produz. Uma vez que os autores são diferentes um dos outros, esses sujeitos falam de lugares também diferentes, através de um discurso marcado pelas suas subjetividades. Procuo com essa discussão compreender a posição do autor do livro didático diante dessas influências e como ele age perante isso.

Reforço essa concepção com a posição de Silva, que defende o currículo como discurso que corporifica narrativas particulares sobre os indivíduos e a sociedade, constituindo-os como sujeitos e sendo constituído por eles. Essas narrativas são cruzadas pelas

linhas de poder, transmitindo significados impostos (porém com resistências) dos grupos dominantes, que buscam estabelecer uma hegemonia de identidade que não se estabelece por muito tempo devido a essas lutas.

Os significados produzidos e transportados pelas narrativas não são nunca fixos, decididos de uma vez por todas. O terreno do significado é um terreno de luta e contestação. Há, assim, uma luta pelo significado e pela narrativa. Através das narrativas, identidades hegemônicas são fixadas, formadas e moldadas, mas também contestadas, questionadas e disputadas. (SILVA, 2011, p. 199)

Considerando as exigências e limites que o autor está submetido, passamos a conceber a ideia do livro didático não mais como um instrumento que reproduz ideologias, mas como objeto que expressa negociações de diversos e diferentes lugares de enunciação. Não basta que as pesquisas identifiquem os erros dos livros didáticos, mas é preciso compreender o processo de elaboração do livro para responder as opções feitas pelo autor e os significados idealizados por ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não procurei nesta oportunidade trazer respostas a muitos dos questionamentos que se tornaram minha motivação de investigação sobre o universo de autoria de livros didáticos de História. Muito menos foi possível trazer uma empiria que ajude a compreender o que/quem é o autor de livro didático. Menos ainda acho que é possível trazer respostas definitivas a essa questão. O objetivo deste artigo foi dar um pontapé inicial na reflexão teórica sobre as relações de autoria das obras didáticas da contemporaneidade.

Antes de ir à busca de quem são esses autores que enfrentam os desafios e demandas da política curricular, trago um questionamento que foi feito por Foucault em 1969: “O que é um autor?”. A busca por respostas me levou a vários caminhos, mas principalmente percebi qual era minha principal preocupação: a valorização da ação dos sujeitos no campo da educação. Os discursos da atualidade têm caminhado para uma perspectiva de empoderamento de políticas e das instituições que, por outro lado, provocam o apagamento do sujeito.

Falar de sujeito não é um tema simples e necessita de outra oportunidade para focar nessa questão. Mais difícil ainda foi falar de autor do livro didático. Não foram encontradas discussões aprofundadas sobre esse

assunto, o que me levou a um diálogo híbrido com teóricos de diferentes áreas do conhecimento como a linguagem (BAKHTIN, 1990; FOUCAULT, 1995, 2001, 2004), história cultural e das representações (CHARTIER, 1990, 1994, 1998), da didática (CHARLOT, 2012; CHEVALLARD, 1991) e do currículo (MONTEIRO, 2007, 2013; SILVA, 2011).

Para além do sujeito, busquei trazer a sua relação com o saber, mais especificamente na ação de produzir um conhecimento histórico escolar através de sua escrita e obra. Justamente por valorizá-los como sujeitos que possuem poder criativo e de ressignificar saberes anteriores a ele, considero a produção do livro didático como um processo complexo e original, que exige diálogo e negociações entre o lugar do autor e o lugar de seu auditório que expressa demandas externas e internas do espaço escolar.

Por fim, discuto que essa relação de produção do livro didático como uma relação de poder, ou melhor, poderes que envolvem diversos tipos de sujeitos. Não é só o indivíduo nomeado como autor da obra que tem poder, e também não é só o poder que o Estado representa através das políticas curriculares. Também estão envolvidos nesse processo a equipe técnica (diagramadores, ilustradores, revisores), equipe

editorial, professores, pesquisadores, alunos, pais, diretores, etc. Todos esses sujeitos são responsáveis (direta ou indiretamente) pela produção de um livro didático. Todos são, de certa forma, autores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. C. de. Autoria - no risco daquilo que escapa à estabilidade. **Organon** (UFRGS), v. 27, p. 15-25, 2012
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 69-109.
- BARTHES, R. “A morte do autor”. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- CAIMI, F. E. O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de história: estado do conhecimento, tendências e perspectivas. IN: GALZEANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; PINTO Jr, A. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013.

CHARLOT, B. “A mobilização no exercício da profissão docente” In: **Revista Contemporânea de Educação**. n. 13 – janeiro/julho de 2012.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica. Del saber sábio al saber enseñado**. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1991.

DARNTON, R. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FOUCAULT, Michel. “Verdade, poder e si mesmo”. In: **Ditos e escritos: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004. p. 292-300

_____. “O que é um autor”. In: **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema** (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.264-298

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1995.

GABRIEL, C. T.; ROCHA, A. A.; SANTOS, P. E. P. dos; PONTES, T. G. Livros Didáticos de História nos Periódicos Qualis de Educação e História da última década: diferentes formas de apropriação. In: **VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**. Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, UFES, 2007.

GASPARELLO, Arlete. Livro didático e história do ensino de história: caminhos de pesquisa. IN: GALZEANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO Jr, Arnaldo. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013.

GONÇALVES, M. de A. Uma história de cruzamentos providenciais: o manual didático de Octávio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda. In: ROCHA, H.A.B.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.) **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LUCA, T. R. de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, H.A.B.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.) **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

MATTOS, S. R. de. As relações entre autor e editor no jogo entre memória e história: as duas edições de *Compêndio de história do Brasil*, de José Inácio de Abreu e Lima, no ano de sua publicação. In: ROCHA, H.A.B.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.) **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MONTEIRO, A. M. F. C. Livros didáticos de história para o ensino médio e as orientações oficiais: processos de recontextualização e didatização. IN: GALZEANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; PINTO Jr, A. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013

_____. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a

_____. “Narrativa e narradores no ensino de História”. In: MONTEIRO, A., GASPARELLO, A., MAGALHÃES, M.(Orgs.) **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007b.

MOREIRA, A. F. B. A configuração atual dos estudos curriculares: a crise da teoria crítica. In: PARAÍSO, M. A. (org.) **Antônio Flavio Barbosa Moreira, pesquisador em Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, p.95-116, 2010.

MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, p. 179-197, 2012.

_____. Devem os livros didáticos de história ser condenados? In: ROCHA, H. , MAGALHÃES, M. de S., GONTIJO, R. (Org.) **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009

OLIVEIRA, M. M. D. de. O programa nacional do livro didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. IN: GALZEANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; PINTO Jr, A. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013.

RALEJO, A. S. Um panorama sobre os impactos e inserções do livro didático de História. In: **Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História**, São Cristovão, 2013.

SAMPAIO, F. A. de A.; CARVALHO, A. F. de. **Com a palavra, o autor: em nossa defesa: um elogio à importância e uma crítica às limitações do Programa Nacional do Livro Didático**. São Paulo: Editora Sarandí, 2010.

SILVA, R. C.; CARVALHO, M. de A. O livro didático como instrumento de difusão de ideologias e o papel do professor intelectual transformador. In: **III Encontro de**

Pesquisa em Educação e II Congresso Internacional em Educação: Educação – práticas pedagógicas e políticas de inclusão. Teresina: EDUFPI, 2004. p. 67-68.

SILVA, T. T. da. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: **Alienígenas em Sala de Aula.** 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 2011. (1ª edição, 1995).

Recebido em: 30/03/2016

Aprovado em: 18/05/2016

Publicado em: 30/07/2016

NOTAS

ⁱ Quando me refiro que o autor produz algo “original”, não digo no sentido de algo original ou inédito que nunca tenha sido produzido antes, mas considero que a produção desses autores possuem significados que trazem as marcas subjetivas ao ressignificar de forma própria saberes anteriores a ele.

ⁱⁱ Consulta em www.dicionariodoaurelio.com. Acesso em 10/12/2013.

ⁱⁱⁱ Esses primeiros livros de História tinham como objetivo prestar serviço à pátria pretendendo-se a contribuir para a formação de uma literatura “propriamente brasileira” para que pudesse ser usado pela “mocidade brasileira” (MATTOS, 2009)

^{iv} Fonte: http://www.abrale.com.br/?page_id=724 Acesso em 10/12/2013.

^v A dimensão de público alvo para o autor de livro didático se amplia em relação ao universo do professor. Enquanto para o professor sua produção – a aula – é destinada a um público

específico (os alunos), o público leitor do livro didático é bem mais amplo indo além dos alunos, passando pelo professor, pela direção da escola, pelos pais dos alunos, pelos editores e pelo Estado.

^{vi} O termo faz alusão à coleção didática *História: das cavernas ao terceiro milênio* de Patrícia Ramos Braick e Myriam Brecho Mota da Editora Moderna, 1997 (1ª edição).

^{vii} Essa questão será mais desenvolvida na segunda parte deste artigo.

^{viii} A questão da ideologia nos livros didáticos ganhou destaque com a ação da imprensa e revistas de grande circulação no ano de 2007 em que o livro didático *Nova História Crítica* de Mário Schmidt foi problematizado. Ver KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças. *Jornal O Globo*. 18/09/2007

^{ix} Sobre as contingências que estão envolvidas no processo de produção de livro didático, ver RALEJO, 2013